

**UMA IDEIA DE IMPÉRIO NO FINAL DA MONARQUIA
CONSTITUCIONAL: AS FOTOS DA VIAGEM DE D. LUÍS FILIPE
ÀS COLÓNIAS EM 1907**

**AN IDEA OF EMPIRE IN THE END OF THE CONSTITUTIONAL
MONARCHY: THE PHOTOGRAPHS OF THE VOYAGE OF D.
LUÍS FILIPE TO THE COLONIES IN 1907**

HUGO SILVEIRA PEREIRA
NOVA School of Science and Technology FCT NOVA
Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia
hjs.pereira@fct.unl.pt
<https://orcid.org/0000-0002-7706-2686>

Texto recebido em / Text submitted on: 18/07/2020
Texto aprovado em / Text approved on: 07/01/2021

Resumo:

Em 1907, D. Luís Filipe, príncipe herdeiro de Portugal, empreendeu uma visita às colónias portuguesas em África. A viagem foi coberta pela imprensa ilustrada portuguesa, que, juntamente com notícias da jornada, publicou diversas fotografias dos lugares visitados pelo príncipe. Neste artigo, analiso um conjunto de fotografias publicadas nas revistas *O Occidente* e *Ilustração Portuguesa* e mostro como elas foram usadas para contribuir para uma narrativa visual de *progresso* e *modernidade* do projeto colonial português, ilustradora da *missão civilizadora* do Império. Mostro como as colónias eram apresentadas como lugares europeizados, com várias marcas da presença tecnocientífica metropolitana (que, contudo, não escondiam uma visão romântica sobre o exotismo da paisagem africana), incluindo a inculcação de usos e práticas europeias sobre os nativos. Pretendo

contribuir para o debate sobre a importância da fotografia para os projetos coloniais, como instrumento de império.

Palavras-chave:

Representações; colonialismo; História da Tecnologia; imprensa ilustrada; África.

Abstract:

In 1907, Luís Filipe, heir apparent of Portugal, visited the Portuguese colonies in Africa. The voyage was covered by the Portuguese illustrated press that, together with news about the journey, published several photographs of the locations visited by the prince. In this paper, I analyse a set of pictures published in the journals *O Occidente* and *Ilustração Portuguesa* and I show how they contributed to a visual narrative of *progress* and *modernity* of the Portuguese imperial project that illustrated the *civilising mission* of the Portuguese Empire. I show how the colonies were presented as Europeanised places, with tokens of the technoscientific presence of the mainland (that, however, did not hide a romantic view of the exoticness of the African landscape), including the imposition of European mores over the natives. I aim to add to the debate about the importance of photography to colonial projects, as a tool of Empire.

Keywords:

Representations; colonialism; History of Technology; illustrated press; Africa.

Introdução

Em junho de 1907, em plena ditadura de João Franco, D. Luís Filipe, o príncipe herdeiro da coroa portuguesa, empreendeu uma visita de três meses às colônias portuguesas em África (Aresta 2007). Era a primeira vez que um membro da família real (e também um ministro da Marinha e Ultramar em funções) percorria as colônias (Pedras 2016: 33). Apesar das restrições impostas pelo regime franquista à imprensa, a viagem foi amplamente coberta por diversos jornais (Pedras 2016), incluindo revistas ilustradas (sobretudo a *O Occidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, adiante *Occid.*, e a *Ilustração Portuguesa*, adiante *IP*), que publicaram várias fotografias retratando o périplo do príncipe e diversos aspetos dos domínios ultramarinos portugueses

e da sua modernização tecnocientífica. Neste artigo, analiso estas imagens que retratam atividades ou artefactos de ciência e tecnologia em contexto colonial. Pretendo contribuir para o debate sobre a importância da ciência e tecnologia no colonialismo europeu e do papel da fotografia (em conjugação com a imprensa) como instrumento de produção de representações sobre as colónias e o colonialismo (Martins 2014; Vicente 2014).

A viagem realizou-se num período de conturbação política em Portugal e de críticas externas a práticas laborais em S. Tomé. Assim, a jornada de D. Luís Filipe revestiu-se de uma dupla importância política: internamente, podia favorecer o governo de João Franco e a própria monarquia; externamente, podia concorrer para legitimar a agenda imperial portuguesa (Pedras 2016: 34).

Além dos relatos nos jornais, o périplo encontra-se descrito nas memórias do marquês de Lavradio (Almeida 2004: 62-83) e numa narrativa de Aires de Ornelas (1928), o então ministro da Marinha e Ultramar que organizou a visita e acompanhou o príncipe. A viagem foi examinada minuciosamente por Aresta (2007), que realçou o papel de Aires de Ornelas na sua organização. Mais recentemente, Pedras (2016) mostrou as reações da imprensa não-ilustrada à missão de D. Luís Filipe e as representações que se faziam sobre as colónias, concluindo que cada facção partidária procurou usar a viagem para obter dividendos políticos. Por fim, Martins (2014: 91-4), na sua análise ao papel da imprensa ilustrada na criação de um imaginário visual das colónias, faz uma breve menção às fotografias publicadas pela *Occid.*, como mais um exemplo que ilustra a sua conclusão de que os jornais ilustrados se tornaram um importante instrumento de divulgação, promoção e produção de uma ideia de Império (Martins 2014: 12, 19, 24).

Neste artigo, complemento os estudos anteriores com uma análise de 131 imagens reproduzidas na *Occid.* e na *IP*. Explico como a fotografia contribuiu para construir/solidificar um ideário colonial e uma ideia de nação imperial, ilustrar a *missão civilizadora* de Portugal em África e, indiretamente, favorecer a imagem do governo e da própria monarquia. O artigo divide-se em três partes: começo por explicitar o contexto político e colonial coevo; em seguida, descrevo os conceitos e metodologia escolhidos, antes de examinar as imagens propriamente ditas; a última secção fecha o artigo com algumas conclusões.

Contexto: contestação política e diplomática

Quando D. Luís Filipe zarpou de Lisboa, a 1.7.1907, João Franco, líder do Partido Regenerador-Liberal (uma cisão do Partido Regenerador), governava o país em ditadura. Presidente do conselho desde 19.5.1906, João Franco prometera um governo *à inglesa* (sem os costumeiros erros e vícios das administrações anteriores). Contudo, a contestação à sua gestão, no parlamento, na imprensa e na rua, não se fez tardar e João Franco passou a governar *à turca*, com medidas repressivas sobre os seus opositores. A 11.4.1907, aprovou uma lei que restringia a liberdade de imprensa e encerrou o parlamento. Um mês depois, obteve do rei o decreto de dissolução da câmara dos deputados e, não marcando uma data para as eleições da nova câmara, passou a governar em ditadura, ou seja, sem parlamento e através de decretos emanados pelo governo (Marques 1991: 689-92).

O rei e a família real (e consequentemente a própria monarquia) não escapavam às críticas pelo seu apoio ao governo. Adicionalmente, João Franco, no início da sua governação, tornara pública a questão dos adiantamentos financeiros feitos pelo Tesouro à família real, sem equivalente retorno, o que catalisou o criticismo republicano ao regime (Marques 1991: 690-1).

Pela mesma altura, recaíam sobre Portugal acusações de permitir a prática de escravatura nas plantações agrícolas de S. Tomé. As suspeições (materializadas num relatório britânico divulgado em 1907) denunciavam a natureza violenta do recrutamento de angolanos e moçambicanos para trabalhar nas plantações santomenses de cacau, reduzindo-os a objetos de transações comerciais, e os castigos corporais infligidos (Jerónimo 2015: 48). As autoridades e a imprensa nacionais desmentiram as acusações, reduzindo-as a uma conspiração para mover concorrência desleal ao cacau de S. Tomé, cuja receita anual rondava os 5,000 contos⁽¹⁾ (IP 74: 113; Mateus 2018: 213-6).

A viagem de D. Luís Filipe, ainda que não tenha sido organizada com este preciso objetivo, poderia contribuir para demonstrar o caráter infundado das acusações, ao proporcionar o testemunho do príncipe.

(1) O equivalente atual a cerca de 120 milhões de euros. Para este cálculo, usei os valores do câmbio de réis para libras fornecidos por Valério (2002: 737) e a ferramenta online de Officer e Williamson (2018) de conversão de libras para dólares atuais (2017).

A visita às restantes colónias serviria de igual modo para publicitar a sua modernização sob gestão nacional e provar a vocação imperial de Portugal (Aresta 2007: 233). Simultaneamente, exibiria internamente a preocupação da monarquia com os domínios ultramarinos (que a propaganda republicana vinha tentando monopolizar), no sentido de restabelecer o prestígio nacional abalado desde o Ultimato.

A fotografia serviu de poderoso aliado a estes objetivos, ao proporcionar uma materialidade visual à viagem e servindo de janela para as colónias para aqueles que ficaram pela metrópole e não acompanharam o príncipe e sua comitiva. Considerando o contexto conturbado da época (sobretudo as acusações sobre as práticas laborais em S. Tomé e as críticas republicanas à falta de zelo colonial da monarquia) e o caráter *objetivo* atribuído à fotografia (ver mais abaixo), esta poderia funcionar intencionalmente como prova indiscutível do interesse da monarquia em desenvolver economicamente as colónias e os seus habitantes.

Fontes e metodologia

A amostra inclui 131 imagens publicadas em 1907, 91 na *IP* e 40 na *Occid.*, nos números 72 (de 7.7) a 87 (de 21.10) e 1026 (de 30.6) a 1037 (de 20.10), respetivamente. O critério de seleção foi a inclusão de aspetos ligados a ciência, tecnologia, medicina e engenharia no contexto colonial, tendo em vista o objetivo de analisar o colonialismo português desde uma perspetiva da História da Ciência e da Tecnologia. Este critério excluiu um conjunto relevante de imagens, que, porém, retratam aspetos eminentemente sociais (receções do príncipe, multidões que assistiram aos eventos, personagens específicos, fotos de grupo), os quais não são tão interessantes para os meus objetivos. Como refere Martins (2014: 91-4), algumas imagens eram de anos anteriores, mas, uma vez que foram publicadas simultaneamente com fotografias atuais, insinuando assim a sua própria atualidade, decidi incluí-las na amostra.

As imagens selecionadas reproduzem originais de diversos fotógrafos baseados nas colónias (tabela 1) através do *half-tone*, uma técnica que permitiu a reprodução de fotografias nos jornais a baixo custo (Sousa 2017: 25-6, 41, 91). Tanto a *IP* como a *Occid.* recorreram profusamente ao *half-tone*, tornando-se a abundância pictórica uma das suas imagens de marca (Costa, Serén 2004: 45, 72, 79-81, 88-9; Santos 2009: 16-8).

Reportagens fotográficas (realçando aspetos sociais, políticos ou tecnocientíficos) eram comuns em ambas as publicações. No caso em análise neste artigo, a principal diferença era a presença, como figura central, de um membro da família real no contexto colonial, que se aliava ao sublime tecnocientífico para passar uma mensagem de modernidade e interesse pelas colónias africanas.

Fotógrafo	Localização	Número de fotos		
		Occid.	IP	Total
J. M. Lazarus ⁽²⁾ e Henrique de Carvalho ⁽³⁾	África do Sul	-	3	3
F. Osório		6	-	6
Fotografia Lisbonense	Angola	5	9	14
João L. Carreira		6	-	6
Torres & Irmão		1	-	1
Henrique de Carvalho	Moçambique	-	23	23
J. & M. Lazarus		7	6	13
M. Lopes	S. Tomé	8	-	8
Sem autor	-	7	50	57
Total		40	91	131

Tabela 1 – Autores das fotos analisadas.

Ambas alegavam também seguir uma estratégia editorial apartidária, que colocava o nacionalismo, os desenvolvimentos tecnocientíficos nacionais e a divulgação do império colonial acima das lutas políticas (*Occid.* 1026: 138; Costa, Serén 2004: 82; Santos 2009: 40). As crónicas da viagem de D. Luís Filipe, que em grande medida se baseiam nas informações fornecidas por Aires de Ornelas (Pedras 2016: 37), parecem confirmar esta alegada neutralidade colaborante com a agenda imperial, que privilegiava as notícias do desenvolvimento colonial e omitia

(2) Joseph e Moses Lazarus eram dois fotógrafos britânicos baseados em Moçambique entre 1899 e 1908, que deixaram uma considerável coleção de chapas (Santana 2014: 211).

(3) Talvez Henrique Augusto Dias de Carvalho, explorador português que se destacou no reconhecimento da região da Lunda (Angola), tendo editado um álbum fotográfico da zona (Carvalho, Aguiar 1887).

desavenças entre republicanos e monárquicos (como a verificada entre os membros da Associação Comercial de Luanda) ou recepções menos entusiásticas (como a chegada à Beira ou a fria hospitalidade diplomática com que o alto-comissário sul-africano Selbourne recebeu o príncipe luso), denunciadas por outras testemunhas (Almeida 2004: 67-8, 73, 76-7; Ornelas 1928: 34, 45-8). As duas publicações elogiaram a viagem, considerada uma missão de paz, que levaria o prestígio da monarquia às colónias, honraria os colonos e mostraria a vocação imperial de Portugal; e o príncipe herdeiro, por querer conhecer o império e as suas necessidades para preparar uma governação que o beneficiasse (*Occid.* 1026: 139; 1027: 149).

As duas revistas tinham uma periodicidade regular (a *Occid.* três vezes por mês, a *IP* uma vez por semana) e um alcance nacional (com agentes espalhados por todo o país), embora as suas tiragens não fossem muito volumosas – cerca de 25,000 exemplares/semana no caso da *IP* (Costa, Serén 2004: 46). O preço de venda não era baixo (3,800 réis/ano ou 120 réis/número avulso no caso da *Occid.*; 4,800 réis/ano no caso da *IP*)⁽⁴⁾, mas era acessível a muitos. Pela mesma altura, um trabalhador agrícola vencia entre 228 e 500 réis/dia e um trabalhador industrial entre 380 e 600 réis diários (Martins 1997: 529-33). De qualquer modo, à época, era comum uma pessoa comprar um exemplar e partilhar os seus conteúdos com outros (Tengarrinha 2013: 865-6). Esta prática contornava parcialmente a iliteracia da população portuguesa. No caso das revistas ilustradas, a própria fotografia assumia esta função, já que apreciar uma imagem estava ao alcance de quase todos, não requeria um conjunto de perícias prévias e podia ser feito de imediato (cf. Beegan 2008: 14).

Em inícios do século XX, a fotografia apresentava uma alegada neutralidade e objetividade, que aparentemente proporcionava aos seus observadores uma visão isenta e verdadeira da realidade (ao contrário das pinturas, desenhos e descrições textuais que continham os preconceitos e subjetividade dos seus autores), uma vez que era um resultado dos preceitos positivos da ciência e da tecnologia. Contudo, bem pelo contrário, a fotografia é uma prática social e culturalmente determinada, que concorre para a construção de identidades nacionais, diferenças culturais ou ordens imperiais (Schwartz, Ryan 2003: 4-5). Adicionalmente, no caso das fotografias na imprensa, era comum cortar,

(4) Valores de 1907. Atualmente equivaleriam, respetivamente, a 95€ e 120€/ano.

retocar ou adicionar elementos aos originais (cf. Beegan 2008: 15, 177-8). Apesar disto, ao apresentar realidades subjetivas debaixo de uma capa de objetividade, a fotografia tornou-se um poderoso meio de influenciar a opinião pública e produzir ideologia (cf. Kelsey 2016: 85 e 90). Na fotografia colonial, que no caso português era praticada desde a década de 1860 (Dias 1991: 67), a sua alegada objetividade fazia das fotografias provas científicas ao serviço da antropologia, etnografia e geografia (Rocha, Matos 2019: 167-72; Sena 1998: 45), acrescentando ainda o detalhe de constituir para muitos habitantes da metrópole o único contacto que mantiveram com as colónias (Vicente 2014: 18). Neste sentido, e em termos gerais, o uso da fotografia no contexto colonial português (de que a amostra ora analisada é um exemplo) não diferia muito daquele dado noutros contextos coloniais (cf. Ryan 1997; Sandler 2013).

Deste modo, as fotografias não podem ser encaradas como uma «transparent window on the world», mas sim como objetos que apresentam uma «deceptive appearance of naturalness and transparence concealing an opaque, distorting, arbitrary mechanism of representation» (Mitchell 1986: 2). Consequentemente, podem ser alvo de uma vasta miríade de interpretações (Schwartz, Ryan 2003: 7). Para solucionar estes problemas e restringir o leque possível de leituras a uma explicação inteligível e fundamentada é necessário seguir um conjunto de regras.

Conhecer o contexto histórico em que um documento é produzido é uma regra básica da hermenêutica histórica, que deve ser também aplicada à fotografia. No caso em análise, já vimos como o contexto coevo era de contestação à monarquia, ao governo e à ação colonial portuguesa.

Igualmente, importa conhecer a audiência provável das imagens. Embora uma imagem destinada a um grupo restrito já permita analisar a produção de ideários, a mensagem passada através da fotografia pode mudar se for destinada a um coletivo mais amplo. Além disso, conhecer o público-alvo permite analisar qual a difusão e impacto das representações criadas (cf. Tarde 1969: 297, 318). Neste caso, é lícito afirmar que, sem embargo de um possível uso particular das fotografias da viagem, os seus principais interlocutores eram os consumidores portugueses metropolitanos da imprensa ilustrada. Assim, é aceitável que os fotógrafos procurassem realçar alguns aspetos em particular, aos quais desejavam que os observadores prestassem maior atenção. Acresce ainda que Aires de Ornelas procurou com a viagem fornecer ao príncipe real

uma imagem homogénea e *portuguesa* das colónias africanas (Aresta 2007: 235), sendo possível que tenha também instruído os fotógrafos a fazer o mesmo. Neste sentido, importa incorporar na interpretação elementos da cultura escrita, que fazem parte da cultura visual da fotografia e dela não podem ser dissociados. Adicionalmente, o cotejo das imagens com documentos escritos coevos contribui para identificar a(s) mensagem(ns) predominante(s) (Beegan 2008: 14; Daniels, Cosgrove 1988: 1; Vicente 2014: 12). Assim, compararei as fotografias selecionadas com narrativas coevas da viagem (Almeida 2004; Ornelas 1928), com excertos de jornais (encontrados em Pedras 2016) e com os textos das próprias revistas ilustradas. No caso destas últimas, é importante notar que a prolixidade literária de cada uma delas é inversamente proporcional ao número de fotografias impressas, ou seja a *Occid.* apresenta notícias e opiniões bem mais detalhadas que a *IP*.

Por fim, tendo em conta que o poder da imprensa ilustrada residia na repetição visual de imagens similares (Beegan 2008: 15, 23), dividirei a amostra em temas específicos com características semelhantes (Benetti 2007: 112-3): europeização do território, demonstrações de progresso tecnocientífico, exploração de recursos naturais, elementos nativos e paisagem.

A viagem de D. Luís Filipe pela perspetiva da câmara fotográfica

Segundo as crónicas da época, D. Luís Filipe sempre mostrara interesse em conhecer as colónias portuguesas (Almeida 2004: 62-3; Pedras 2016: 33-4). Perante este interesse, Aires de Ornelas propôs e tratou da organização da viagem para mostrar ao futuro rei os domínios ultramarinos desde uma perspetiva homogeneizadora dos territórios e legitimadora da presença nacional (Ornelas 1928: 6). Para melhor orientar o príncipe herdeiro, Ornelas incluiu-se na comitiva, ministrando-lhe vários ensinamentos sobre a história e problemática das colónias (Almeida 2004: 55-6; Ornelas 1928: 24-5). Aires de Ornelas era um militar do Exército, que se destacara nas operações militares contra os vátuas no sul de Moçambique e como governador de Lourenço Marques. Era um especialista em matérias coloniais, crítico do sistema de administração colonial vigente, que advogava frequentemente em favor da agenda ultramarina no parlamento e

na imprensa (Aresta 2007: 234; Mónica 2006: vol. 3). Ao acompanhar D. Luís Filipe, esperava mostrar-lhe as transformações introduzidas por colonialistas nacionais e inculcar-lhe a necessidade de aprimorar a governação dos domínios coloniais, cimentar a presença portuguesa e promover um maior aproveitamento económico dos territórios. A imprensa partilhava estes objetivos, sobretudo o último: tanto a *Occid.* como a *IP*, enquanto listavam os melhoramentos introduzidos nas colónias portuguesas, citavam os investimentos feitos nas colónias francesas e sobretudo inglesas, solicitando um maior investimento nas colónias portuguesas (*IP* 77: 217; 82: 367-9; 84: 433; 87: 531-2; *Occid.* 1026: 139; 1027: 149-50; 1032: 187).

A comitiva partiu de Lisboa pelas 13 horas do dia 1.7.1907 a bordo do vapor *África*, da Empresa Nacional de Navegação (*Occid.* 1026: 146; Aresta 2007: 237). Nos três meses seguintes, deambulou pelas colónias de S. Tomé (roças Boa Entrada, Rio de Ouro e Água Izé), Angola, Moçambique e Cabo Verde, tendo ainda visitado Umtali (atual Mutare) na Rodésia (Zimbabwe) e atravessado as colónias britânicas do Transval, Natal, Orange e Cabo (ver tabela 2 e figura 1).

Data		Rota	Data		Rota
Julho	1	Lisboa	Agosto	24	Durban
	12	S. Tomé		26	Bloemfontein
	17	Luanda		28	Kimberley
	29	Lourenço Marques		30	Cabo
Agosto	4	Beira	Setembro	4	Moçâmedes
	7	Moçambique		5	Dombe Grande
	8	Quelimane		6	Benguela
	12	Beira		7	Lobito e Catumbela
	13	Macequece, Umtali (Rodésia) e Beira		8	Luanda
	15	Beira		9	Lucala
	17	Lourenço Marques		10	Cunga
	21	Pretória		11	S. Tomé
22	Joanesburgo e Pietermaritzburgo	21	Cabo Verde		

Tabela 2 – Roteiro de viagem de D. Luís Filipe (Ornelas 1928: 9).

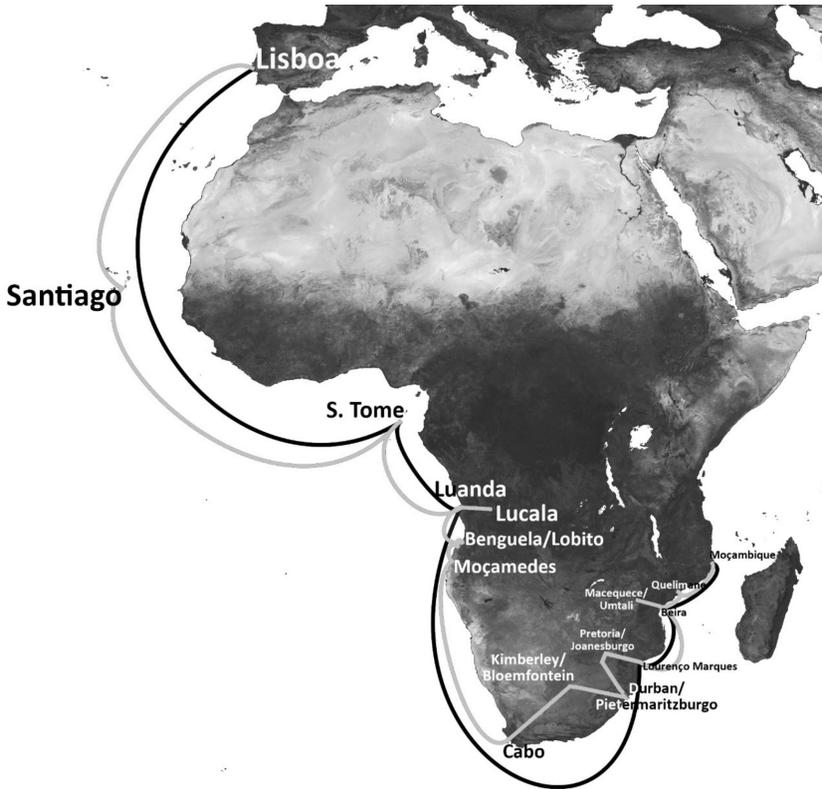


Figura 1 – Roteiro de viagem de D. Luís Filipe. A linha a preto indica a viagem de ida até à ilha de Moçambique; a linha cinzenta indica o trajeto de regresso em direção a Portugal (elaboração própria a partir da tabela 1).

Como referi, a comitiva foi acompanhada por vários fotógrafos que registaram diversos momentos da viagem e vários dos elementos humanos e não-humanos com os quais o príncipe herdeiro interagiu. Ao focarem as suas objetivas em aspetos específicos da vida colonial, tanto fotógrafos como editores das revistas criavam para os seus observadores e leitores uma paisagem nova e alegadamente autêntica, ainda que parcial e subjetiva, das colónias. Os textos que as acompanhavam reforçavam a criação dessa novel paisagem.

Uma África entre a europeização e o exotismo

A principal faceta das fotografias e da paisagem colonial criada é a de uma África europeizada, em virtude da agência tecnocientífica ali implementada, com amplas ruas, obras e edifícios públicos de traça europeia, tanto de cariz civil como religioso. Adicionalmente, a reprodução de imagens das cidades e vilas coloniais (bem como de explorações agrícolas), de edifícios comerciais ou de lazer e de superfícies ajardinadas ilustravam aspetos de um quotidiano similar ao vivido na metrópole.

As fotografias de algumas tipologias específicas de construções transmitiam mensagens específicas que complementavam a caracterização de um dia-a-dia colonial semelhante ao metropolitano: imagens das igrejas onde se celebraram diversos eventos comemorando a presença do príncipe atestavam a expansão da fé cristã; edifícios de serviços comerciais ou de administração pública (bancos, casas do governador, correios, telégrafos) serviam de símbolos de soberania, asseveravam a expansão do poder do estado central e confirmavam a integração daqueles territórios na unidade nacional (figura 2); esquadras de polícia ou instalações militares garantiam que a terra era segura e protegida do «hottentote selvagem e arisco» (IP 75: 127) – ainda que se publicitasse a europeização da experiência colonial, não se escondia a existência de povos nativos que combatiam os avanços portugueses e eram descritos como bandos selvagens e *incivilizados*⁽⁵⁾.

(5) As próprias celebrações e detalhes festivos das homenagens ao príncipe replicavam o que se fazia em Portugal Continental, fortalecendo a imagem europeizada das colónias africanas, desta feita nos seus momentos festivos: as receções à figura real, os jantares de gala, as inaugurações de instituições locais ou lançamentos de primeiras pedras, os Te Deum nas igrejas ou os arcos triunfais construídos nas entradas das ruas (Almeida 2004: 70; Aresta 2007: 240), similares a iguais práticas festivas da metrópole.

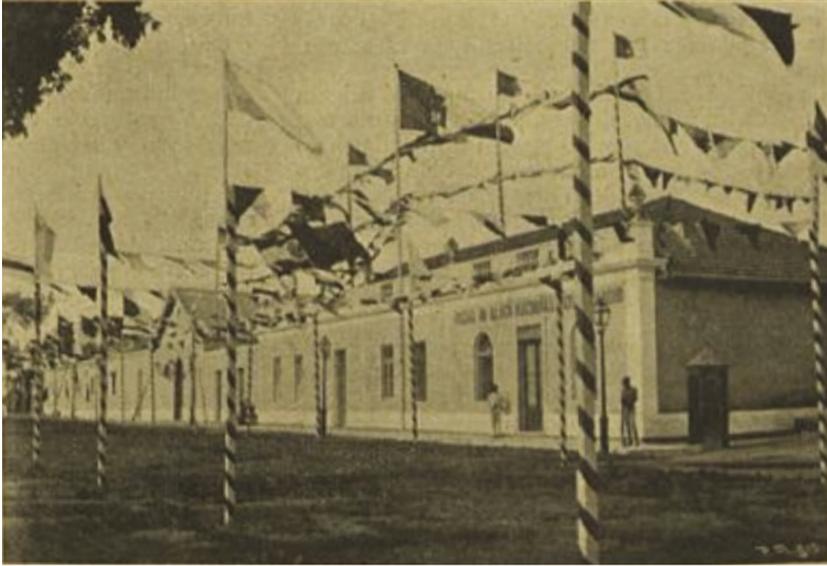


Figura 2 – Filial do Banco Nacional Ultramarino em Benguela, decorada para receber D. Luís Filipe (*Occid.* 1037: 229).

A este respeito, Lourenço Marques era considerado o exemplo mais perfeito da europeização do território, da aptidão colonial portuguesa e do projeto imperial (*IP* 82: 369). A *Occid.* (1031: 179) garantia que «a vida é ali tão commodada como em qualquer cidade civilizada da Europa». O próprio príncipe considerava Lourenço Marques «mais civilizado do que Lisboa» (Ornelas 1928: 44). As diversas fotografias (figura 3) combinavam com estes e outros textos para falar de «uma cidade colonial moderna, onde o progresso tem caminhado rapidamente» (Almeida 2004: 70; *Occid.* 1031: 178-9; *IP* 77: 220; 82: 366-7). Recorrendo a outro instrumento tido como completamente objetivo e positivo – a estatística – argumentava-se que Lourenço Marques era a cidade do império que mais se desenvolvera nas décadas anteriores, liderando Moçambique na «estrada do progresso», ainda que muitos lamentassem que esse desenvolvimento se tivesse alavancado em capital e empreendedorismo estrangeiro (*Occid.* 1031: 179; 1033: 195; 1034: 203; *IP* 80: 294). Outras cidades mereciam algum destaque (e igual lamento sobre a predominância do elemento estrangeiro): Quelimane, com as suas

amplas e arborizadas ruas, ladeadas de edificações isoladas umas das outras; a Beira, resultado dos esforços da Companhia de Moçambique; Luanda, onde se notavam alguns melhoramentos (hospitais, edifícios públicos, carreiras a vapor, ferrovias) desde meados da década de 1870; Moçâmedes com um alinhamento de ruas semelhante ao das *idades modernas* e com vários edifícios administrativos, militares e ferroviários que haviam fomentado a agricultura e o comércio; ou Benguela que se vinha também dotando de edifícios modernos (*Occid.* 1027: 149-50; 1033: 195 e 198; 1035: 210-1; *IP* 75: 127).



Figura 3 – Aspeto da rua D. Luís em Lourenço Marques, vendo-se vários edifícios e veículos, incluindo um *tramway* (*IP* 77: 218).

Um outro aspeto importante da europeização ilustrada pela fotografia respeita ao conjunto de imagens de portos ou outras infraestruturas portuárias e navios modernos, que exemplificava a ligação rápida entre a metrópole e os territórios ultramarinos e a facilidade de mobilidade para os colonos (e candidatos a colonos). Em relação a este ponto, convém lembrar que os vapores eram também ferramentas de império (Hendrick 1981: 176-7). A *Occid.* realçava a «velocidade dos modernos vapores, que permite fazer a travessia do Atlântico até ao Equador em 12 dias» (em comparação com os 55 dias de demora de meio século antes), como as suas «possantes máquinas e dois hélices» conseguiam deslocar 5,800 t de peso, 4,000 t de carga e 300 passageiros por cima das águas atlânticas e pelo meio de tempestades tropicais e como permitiam o envio de

mensagens para a Europa (D. Luís Filipe enviou duas mensagens ao rei à passagem por Tenerife e Cabo Verde) através de uma combinação entre telegrafia ótica e elétrica (*Occid.* 1026: 146; 1032: 186-7). A este respeito, é reveladora a presença de vários vapores quando da chegada do príncipe aos portos africanos (*Occid.* 1032: 191; Almeida 2004: 67-68; Ornelas 1928: 32 e 37), bem como as críticas dos jornais portugueses ao facto de D. Luís Filipe ter viajado num vapor privado e não da marinha portuguesa (Pedras 2016: 37).



Figura 4 – O *África* à chegada a Lourenço Marques (*IP* 77: 217).

Esta europeização não apagava, porém, a paisagem natural das colónias. Diversas imagens retratando cascatas (Blu-Blu, em S. Tomé), amplas baías ou densas e altas florestas eram orientadas pelos textos associados para fortalecer uma imagem romântica de África como continente exótico, atrativo e com elevado potencial agrícola, mineral e comercial (*IP* 79: 258; Ornelas 1928: 29). Com o suporte fotográfico a *IP* (74: 113; 75: 127) descrevia Angola como «a nossa maior colonia, a mais rica de todas apesar das suas crises, um novo Brazil futuro», enquanto S. Tomé era uma verdadeira «cornucópia de ouro».



Figura 5 – A cascata Blu-blu em S. Tomé (*IP* 74: 113).

Desta conjugação entre a prova visual e o comentário escrito e entre a europeização tecnocientífica e o exotismo de África eram transmitidas duas mensagens específicas. Em primeiro lugar, o reforço da mensagem de que África não era terra de degredo e morte (já transmitida desde a década de 1880, por Capelo e Ivens, por exemplo) e que, pelo contrário, era possível aos europeus lá viver e prosperar – a imprensa ilustrada fazia aqui uma propaganda às colónias, procurando motivar a emigração portuguesa para aqueles territórios (cf. Martins 2014: 143). Em segundo lugar, a mensagem de que Portugal fazia o seu papel como nação imperial, ocupava efetivamente os territórios que conquistara séculos antes e, portanto, tinha direito sobre eles – considerando que o público-alvo destas fotos era sobretudo o português da metrópole, esta última mensagem não se destinava tanto a demonstrar externamente a soberania nacional, como a fortalecer um sentimento nacionalista que promovesse a exploração colonial.

O sublime da tecnologia e a estrada do *progresso*

A europeização da paisagem africana era em grande medida promovida pelo investimento em estruturas tecnocientíficas, que, não surpreendentemente, foram abundantemente retratadas nos jornais durante a visita de D. Luís Filipe. Numa altura em que artefactos e sistemas tecnocientíficos e grandes obras de engenharia significavam *progresso* e serviam de bitola para hierarquizar civilizacionalmente as diversas nações (Adas 1989: 134), estas fotografias jogavam com o sentimento de sublime tecnológico, de prazer por ver uma máquina em funcionamento como símbolo máximo do engenho humano, usualmente associado aos artefactos e estruturas científicas e tecnológicas (cf. Kasson 1976: 162-180). Simultaneamente, concorriam para a demonstração de que Portugal era um país que caminhava na estrada do *progresso* e que contribuía para a *civilização, domesticação* (para usar a expressão de Diogo 2009) e exploração dos recursos naturais do continente africano.

As fotos dos navios a vapor que faziam a travessia atlântica até às colónias eram acompanhadas de descrições textuais que enalteciam a sua velocidade, potência e resistência às tormentas marítimas e conseqüentemente materializavam o sublime tecnológico. Outras imagens realçavam o tamanho das embarcações ao colocar outros barcos mais pequenos (ou mesmo figuras humanas) no campo de visão ou sugeriam o seu efeito colonizador potenciador do comércio e da atividade económica, ao retratá-los junto de turbas que deles saíam ou por eles aguardavam (figura 4). Associados aos navios a vapor, posavam os portos, portas giratórias entre a metrópole e as colónias, cujas descrições na imprensa exaltavam os longos cais (capazes de receber vários navios ao mesmo tempo), munido de guindastes elétricos, faróis e outra parafernália técnica, iluminados a luz elétrica e diretamente ligados por linhas-férrea aos territórios vizinhos (*Occid.* 1031: 179).

O caminho de ferro, como principal veículo do sublime técnico e símbolo de uma época (Kasson 1976: 162-168; Hobsbawm 2006: 57) não podia deixar de estar presente nas páginas da imprensa ilustrada, ainda que em número reduzido. A ferrovia vinha-se tornando uma tecnologia comum (em 1907, as redes metropolitana e colonial estendiam-se por 2,710 km e 1,060 km, respetivamente – Portugal 1912; Portugal 1913), embora ainda se assumisse como um dos símbolos mais óbvios e imediatos do progresso. As fotos publicadas quando da passagem de D. Luís Filipe pelas colónias africanas mostram o caminho de ferro em diferentes perspetivas. Imagens de estações ferroviárias e locomotivas ou

comboios contribuíam para a evidência da já mencionada europeização (e *domesticação / civilização*) de África, para a demonstração de que Portugal explorava devidamente os recursos coloniais (figura 6) e ainda como demonstrações de poder político/estatal e económico (cf. Marx 1964: 191) sobre o território, sobre a paisagem e sobre as populações locais.



Figura 6 – Nativos enchendo os vagões de um comboio com cacau (IP 74: 116).

Igualmente, simbolizavam a certeza de retorno económico, financeiro (e até político) no futuro, profetizado pelas palavras do engenheiro Joaquim José Machado, fiscal do governo junto da construção da linha de Benguela (até à fronteira com o Congo Belga), que garantia ao herdeiro da coroa que com esta via-férrea o porto de Benguela se tornaria num dos principais da África subsariana, da mesma forma que a linha de Ambaca operaria igual efeito sobre Luanda (*Occid.* 1033: 195 e 198; 1035: 210-211; *IP* 75: 128-129; Ornelas 1928: 92). Uma outra fotografia tirada antes da partida de D. Luís Filipe para a África do Sul (figura 7) mostra uma locomotiva engalanada com as bandeiras dos dois países, evidenciando a ligação que existia entre Moçambique e a antiga república boer do Transval (ligados por via-férrea desde 1895), bem como uma forma de insinuar a reconciliação entre Portugal e Inglaterra desavindos deste o Ultimato (*Occid.* 1034: 207). No entanto, a continuidade dessa conexão estava longe de ser um facto consumado, em virtude da pressão que os portos sul-africanos faziam para que o tráfego das províncias interiores da África do Sul se fizesse através das suas infraestruturas e não via porto de Lourenço Marques (Bouene, Santos 2006)⁽⁶⁾.

(6) D. Luís Filipe usou frequentemente o comboio para visitar alguns empreendimentos coloniais. Os relatos da época amiúde mencionavam estas viagens, embora não as ilustrassem com fotografias (*Occid.* 1032: 191; Almeida 2004: 67-68, 73, 75 e 81-82; Ornelas 1928: 71-4, 91-3).



Figura 7 – Momento da partida de D. Luís Filipe para o Transval (*IP* 84: 431).

O *progresso* também se manifestava em melhoramentos sanitários e médicos (Porter 1999), que não tinham o mesmo impacto visual que grandes sistemas tecnológicos, mas que eram imprescindíveis para o avanço do europeu sobre África e para os projetos imperiais (na sua seminal obra, Headrick (1981: 59-60, 70) considera o quinino, que aumentava a resistência imunitária dos europeus às doenças tropicais, uma ferramenta de império). Deste modo, a imprensa ilustrada deu também destaque a instituições de saúde como o hospital Maria Pia em Luanda, «bello edificio moderno e installado em excellentes condições higiénicas» (*IP* 75: 127; ver também *Occid.* 1032: 191) ou as enfermarias das roças de S. Tomé, que os jornais garantiam obedecerem «a todos os preceitos da moderna hygiene hospitalar», incluindo edificios específicos para doenças contagiosas e farmácia (*IP* 74: 116). Ao mesmo tempo, omitiu referências a hospitais menos modelares, como um em S. Tomé que Aires de Ornelas (1928: 28), numa carta privada à sua esposa, considerava «uma vergonha nacional a todos os respeito». De qualquer modo, tal como outros melhoramentos tecnocientíficos, hospitais e enfermarias tentavam demonstrar a capacidade portuguesa em desenvolver as suas colónias e a existência de boas condições para receber novos colonos. No caso das enfermarias santomenses, as imagens procuravam ainda provar o bom tratamento dado aos

nativos e consequentemente desmentir as acusações que recaíam sobre a política colonial portuguesa no arquipélago⁽⁷⁾.



Figura 8 – Interior de uma enfermaria para trabalhadores na roça Rio de Ouro em S. Tomé (IP 74: 119).

Representações sobre o negro

As fotografias, associadas a diversos trechos das narrativas de viagem, permitem também analisar as representações coevas sobre os nativos africanos, as quais não podem ser dissociadas da retórica tecnocientífica que caracterizou esta época. Tal como acontecia noutras nações coloniais, os africanos eram vistos como carentes de *civilização*, necessitando da orientação

(7) Além destas *manifestações de progresso*, D. Luís Filipe inaugurou diversas obras (palácio do governo de Lourenço Marques, ponte ferroviária sobre o rio Umbeluzi, caminho de ferros nas roças santomenses, tribunais, enfermarias) e instituições (escolas e seminários) e visitou institutos científicos (observatórios e museus) e exposições de produtos coloniais momentos que, contudo, não ficaram registados em película (*Occid.* 1032: 191; 1033: 203; Ornelas 1928: 28, 56, 59-61, 66-9, 77, 90).

civilizadora da Europa, em virtude da sua superioridade tecnocientífica, entre outros fatores (cf. Costantini 2008; Hall 2002; Jerónimo 2015).

Fotos e notícias da jornada de D. Luís Filipe revelam e reforçam estas representações, que viam o negro africano não tanto como o nobre selvagem, mas como o homem primitivo (para usar a expressão de White 1978: 183-196), esta última uma condição insinuada como indesejável e que deveria ser corrigida – ou *civilizada* para referir o termo da época, usado tanto no Império português como noutras realidades imperiais e que justificava uma divisão racial entre europeus e nativos (Constantini 2008; Hall, 2002).

Esta representação é visível numa fotografia (figura 9) de uma placa comemorativa das obras do caminho de ferro de Benguela que a companhia concessionária ofereceu ao príncipe herdeiro (*Occid.* 1035: 211). A placa que mostra ao fundo a ponte homónima do príncipe apresenta na frente dois personagens: uma figura branca (provavelmente um engenheiro), que segurando o que parece ser um mapa, aponta a ponte, como obra civilizadora, a uma figura negra, que em tronco nu e ajoelhada diante de si, olha para aquela obra de engenharia. Ladeando-os, diversas palmeiras evocam o exotismo da paisagem africana.



Figura 9 – Placa de prata oferecida pela Companhia do Caminho de Ferro de Benguela a D. Luís Filipe por ocasião da sua visita a Angola (*Occid.* 1035: 211).

Outras combinações imagem-texto insistem nesta posição submissa e inferiorizada do nativo face ao branco. As fotografias retratam os primeiros munidos com os seus instrumentos e armas, que os textos coevos classificavam de exóticos, insinuando o seu caráter primitivo e daí a sua inferioridade: «com seus trages característicos, coloridos, panos e peles de onça e outros animais bravios, grandes escudos de pele de boi e de bufalo e fartos penachos de penas na cabeça, o que tudo constituia espectáculo de novidade para o europeu» – escrevia a *Occid.* (1034: 203). Uma das fotografias recorre ao contraste entre elementos europeus e africanos, colocando o próprio herdeiro da coroa à frente de um grupo de guerreiros nativos que para ele desfilaram em Lourenço Marques.

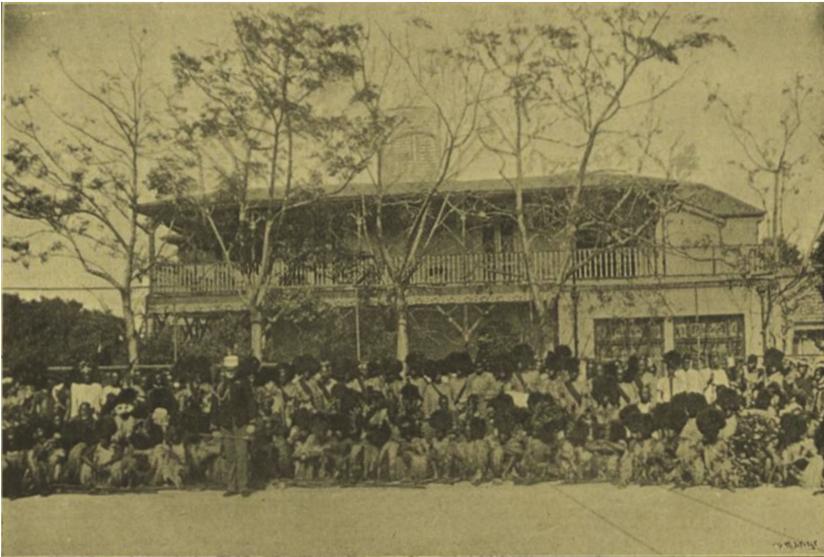


Figura 10 – D. Luís Filipe perfilando-se defronte de régulos locais e suas comitivas (*Occid.* 1034: 204).

A fotografia não se limitou a identificar um alegado primitivismo dos negros, tendo também procurado mostrar que estes podiam ser *civilizados*. Algumas das imagens mostram nativos vestidos à europeia, com uniformes europeus ou em funções usualmente associados à Europa (figura 11). Adicionalmente, estas fotografias eram apresentadas como provas objetivas da capacidade *civilizadora* de Portugal. A este respeito,

um episódio da viagem é particularmente revelador: uma celebração (um «bataque») que milhares de guerreiros nativos (a imprensa falava de um número entre 15,000 e 23,000 homens) realizaram em Lourenço Marques para D. Luís Filipe (*IP* 80: 292; 82: 370; *Occid.* 1034: 203; Almeida 2004: 69-72; Ornelas 1928: 43, 63, 106-8). Tendo as imagens deste grupo como base, os jornais elogiavam o sentimento de segurança que reinava, *apesar* da força numérica dos nativos que anos antes combatiam a presença portuguesa: «os estrangeiros pasmavam do nosso poder, sobretudo sabendo que 23.000 negros à solta em Lourenço Marques apenas originaram 5 prisões» – lembrava o marquês de Lavradio (Almeida 2004: 71-72) – enquanto Aires de Ornelas (1928: 65 e 106) relatava que um almirante inglês lhe tinha confidenciado que «isto só os portugueses podem fazer em África». O corolário destas interpretações era a capacidade imperial e *civilizadora* de Portugal que baseava uma retórica proto-lusotropical: para a *Occid.* (1033: 203), tudo isto era «mais uma prova do táto colonizador do português que sabe conter em respeito aquelles semi-selvagens». Outros jornais afinavam pelo mesmo diapásão (Pedras 2016: 38-39).



Figura 11 – Um porteiro e uma sentinela indígenas, à porta do palácio do governo em Luanda (*IP* 79: 257).

A passagem por S. Tomé é também um bom exemplo do uso da fotografia para sustentar uma narrativa *civilizadora* de África pelos europeus, que, ao mesmo tempo, procurava rebater as acusações de escravatura que recaíam sobre a agenda colonial portuguesa (cf. Pedras 2016: 37). Os textos na imprensa elogiavam os modelares «aperfeiçoamentos culturais e progressos técnicos» (casas modernas e asseadas, escolas profissionais para os nativos, maquinismos necessários à produção de cacau e outros produtos locais, caminhos de ferro e cais que facilitavam o seu transporte), introduzidos nas roças santomenses pelos empreendedores portugueses e ilustrados pelas fotografias (*IP* 74: 113-120; *Occidente* 1032: 190; Ornelas 1928: 29-30 e 57). Para os jornais, estes progressos técnicos, bem como a lição do trabalho (Ornelas 1928: 57; cf. Jerónimo 2015: 39-41), levavam à *civilização* do nativo e a elevação da sua putativa condição primitiva (Aresta 2007: 238): «Ali se empregam pretos que vem do interior da provincia de Angola, meios selvagens, mas que em pouco tempo se civilisam tal ou qual, creando amor ao trabalho e formando família» – podia ler-se no *Occid.* (1032: 190). Tudo isto concorria para a narrativa de que Portugal contribuía para a *civilização* de África e para negar a prática de escravatura em S. Tomé – aliás nem a imprensa ilustrada nem a não-ilustrada (Pedras 2016: 41) debateram as condições laborais dos nativos nem as acusações que recaíam sobre Portugal. A *IP* (74: 113) concluía que S. Tomé era «o nosso melhor braço moderno de povo colonizador» e «melhor testemunho do valor do esforço e da capacidade de trabalho do povo portuguez».



Figura 12 – Dois nativos trabalhando nas plantações de cacau de S. Tomé (IP 74: 113).

Conclusão

As fotografias da viagem de D. Luís Filipe às colónias portuguesas em África são muito mais que um mero instrumento ilustrativo de narrativas históricas e constituem, como tantas outras coleções de fotografia, uma excelente fonte para o estudo do passado e para conhecer e analisar a construção de ideários passados. Ao procurar seguir e dar protagonismo ao príncipe herdeiro, proporcionam elementos para analisar as representações coevas sobre as colónias, os colonizados e a importância conferida à ciência, à tecnologia, à engenharia e à medicina no projeto imperial português.

Como aconteceu com outras coleções fotográficas em outros contextos imperiais, o conjunto destas fotos constrói uma narrativa de europeização do território e da paisagem, através da implementação de grandes sistemas tecnocientíficos, da replicação de aspetos do quotidiano

metropolitano nas colónias e da constituição de grandes propriedades para explorar os recursos africanos, e de europeização dos nativos, através da *lição do trabalho*, da sua inclusão em sistemas de exploração agrícolas intensivas e da adoção de práticas europeias (vestuário). Tudo isto eram facetas que se conotavam com o *progresso* e a *modernidade*, que tinham como corolário atribuir a condição de *incivilizado* e *selvagem* a tudo o resto. Deste modo, estas fotos concorriam para legitimar ou reforçar a legitimação da autoimposta *missão civilizadora* de Portugal em África. A presença de uma figura real nas fotografias ou como motivo para a sua publicação concorria para o fortalecimento destas mensagens, considerando que se tratava da primeira visita de um membro da família real às colónias.

Esta era uma narrativa parcial, que criava e mostrava uma paisagem muito diferente daquela vista pelos olhos de D. Luís Filipe, uma vez que se focava em aspetos específicos da vivência colonial (europeia, moderna, progressista), esquecendo tudo o resto (os milhares de quilómetros quadrados sem uma marca da presença europeia, as outras roças de S. Tomé, a realidade não encenada para a câmara). Era como se na metrópole se abrissem janelas pequenas e estreitas que apenas permitissem vislumbrar aspetos parciais da realidade imperial, mas que em grande medida se tornavam hegemónicos em virtude da objetividade atribuída à fotografia e do seu alegado poder de retratar o real tal como ele era. Era isto, aliás, que permitia que fotos com alguns anos de existência fossem passadas nos jornais como se fossem contemporâneas da viagem régia. Adicionalmente, neste caso em específico, as imagens usufruíam da chancela do príncipe herdeiro, que lhes dava ainda mais legitimidade.

É certo que tanto as peças jornalísticas como outros relatos da época denunciavam o muito que havia ainda a fazer em África, mas estes queixumes eram abafados pela eloquência visual da fotografia. O próprio formato físico da *Occid.* e da *IP* convidava mais a folhear que a ler, o que, aliado à iliteracia generalizada dos portugueses de então, faziam com que as revistas não informassem nem esclarecessem, mas passassem para os leitores, sem escrutínio, as paisagens e os ideários criados pela fotografia (Costa, Serén 2004: 71, 90).

No caso do imaginário relativo aos nativos africanos, estas fotografias contribuía para cristalizar um conjunto de representações, que os reduziam à condição aviltante de *selvagem* e *incivilizado*, que cabia ao europeu corrigir. É, a este respeito, reveladora uma das citações supra

que refere como os negros chegavam a S. Tomé «meios selvagens», mas que rapidamente se *civilizavam*, ganhando amor ao trabalho e à família, sugerindo que no seu *estado natural* o negro era preguiçoso e promíscuo e que tais comportamentos eram ilegítimos e necessitavam correção. A fotografia ilustrava também este processo, mostrando aos observadores fotos do antes (os participantes do «batuque», adjetivados igualmente de «meios selvagens») e do depois (os trabalhadores das roças ou os habitantes negros de Lourenço Marques trajados à europeia). A putativa objetividade da fotografia conferia a este processo um carácter de evidência, que entrava assim no ideário metropolitano através do senso comum (razão pela qual muitos destes preconceitos ainda persistem na sociedade atual).

Para concluir, importa referir como estas imagens procuraram fortalecer a imagem da monarquia e do governo franquista. Enquanto alguns jornais se debatiam com os obstáculos à liberdade de imprensa, não consta que a *Occid.* ou a *IP* tenham conhecido problemas de maior. Além de a narrativa da viagem lhes ser transmitida por um ministro governamental, Aires de Ornelas, as fotografias mostravam o interesse do futuro rei no império português, bem como a disponibilidade do governo, através do seu ministro da Marinha e do Ultramar, em o acompanhar até àquelas paragens tropicais. De pouco valeu, considerando que poucos meses depois de chegar a Portugal, D. Luís Filipe foi morto a tiro, precipitando no imediato a queda do governo e a curto prazo a queda da própria monarquia.

Bibliografia

- Adas, Michael (1989). *Machines as the Measure of Men. Science, Technology, and Ideologies of Western Dominance*. Ítaca: Cornell University Press.
- Almeida, D. José Luís de, ed. (2004). *Memórias do Sexto Marquês de Lavradio*. Lisboa: Nova Ática.
- Aresta, António (2007). “Uma Educação Real: A Viagem de Aires de Ornelas e do Príncipe Real D. Luiz Filipe de Bragança a Moçambique em 1907”, *Aprender Juntos*, 6:8-9, 233-64.
- Beegan, Gerry (2008). *The Mass Image. A Social History of Photomechanical Reproduction in Victorian London*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Benetti, Márcia (2007). “Análise do discurso em jornalismo: estudos de vozes e sentidos”, in Cláudia Lago, Márcia Benetti (eds.), *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 107-63.

- Bouene, Felizardo, Santos, Maciel (2006). "O modus vivendi entre Moçambique e o Transvaal (1901-1909). Um caso de 'imperialismo ferroviário'", *Africana Studia*, 9, 239-69.
- Carvalho, Henrique de, Aguiar, Sertório de (1887). *Album da expedição ao Muatianvua*. S. l.: s. n.
- Costantini, Dino (2008). *Mission civilisatrice. Le rôle de l'histoire coloniale dans la construction de l'identité politique française*. Paris: La Découverte.
- Costa, Fernando, Serén, Maria do Carmo (2004). *Ilustração Portuguesa*. Porto: Centro Português de Fotografia.
- Daniels, Stephen, Cosgrove, Denis (1988). "Introduction: iconography and landscape", in Stephen Daniels, Denis Cosgrove (eds.), *The Iconography of Landscape. Essays on the symbolic representation, design and use of past environments*. Cambridge: Cambridge University Press, 1-10.
- Dias, Jill R. (1991). "Photographic Sources for the History of Portuguese-Speaking Africa, 1870-1914", *History in Africa*, 18, 67-82.
- Diogo, Maria Paula (2009). "Domesticating the Wilderness: Portuguese Engineering and the Occupation of Africa", in Ana Cardoso de Matos, Maria Paula Diogo, Irina Gouzévitch, André Grelon (eds.), *Jogos de Identidade Profissional: os Engenheiros entre a Formação e a Acção*. Lisboa: Colibri, 471-82.
- Hall, Catherine (2002). *Civilising Subjects: Metropole and Colony in the English Imagination 1830-1867*. Chicago: University of Chicago Press.
- Headrick, Daniel R. (1981). *The Tools of Empire. Technology and European Imperialism in the Nineteenth Century*. Oxford: Oxford University Press.
- Hobsbawm, Eric (2006). *The age of capital (1848-1875)*. Londres: Abacus.
- Jerónimo, Miguel Bandeira (2015). *The 'Civilising Mission' of Portuguese Colonialism, 1870-1930*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Kasson, John F. (1976). *Civilizing the machine: technology and republican values in America, 1776-1900*. Nova York: Grossman.
- Kelsey, Robin (2016). "Is Landscape Photography", in Gareth Doherty, Charles Waldheim (eds.), *Is Landscape...? Essays on the Identity of Landscape*. Londres: Routledge, 71-92.
- Marques, A. H. de Oliveira (1991). "Portugal da Monarquia para a República", in Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques (eds.), *Nova História de Portugal*. Lisboa: Estampa, v. 11.
- Martins, Conceição Andrade (1997). "Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)", *Análise Social*, 32: 142-3.º, 483-535.

- Martins, Leonor Pires (2014). *Um Império de Papel. Imagens do Colonialismo Português na Imprensa Periódica Ilustrada*. Lisboa: Edições 70.
- Marx, Leo (1964). *The Machine in the Garden. Technology and the Pastoral Ideal in America*. Oxford: Oxford University Press.
- Mateus, Rui Miguel Martins (2018). “Uma Controvérsia Luso-Britânica: o Caso do Cacau de São Tomé”, *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, 20, 199-228.
- Mitchell, W. J. T. (1986). *Iconology: image, text, ideology*. Chicago: University of Chicago Press.
- Mónica, Maria Filomena, ed. (2006). *Dicionário Biográfico Parlamentar*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Officer, Lawrence H., Williamson, Samuel H. (2018). “Computing ‘Real Value’ Over Time With a Conversion Between U.K. Pounds and U.S. Dollars, 1791 to Present”, *MeasuringWorth*, disponível: www.measuringworth.com/calculators/exchange/result_exchange.php, acesso em 7.7.2020.
- Ornelas, Aires de (1928). *Cartas d’Africa. Viagem do Príncipe Real: Julho-Setembro, 1907*. Lisboa: Oficinas de São José.
- Pedras, Miguel Ribeiro (2016). “A Imprensa e o Império na viagem do príncipe D. Luís Filipe a África”, *Revista Brasileira de História da Mídia*, 5:1, 33-43.
- Porter, Dorothy (1999). *Health, Civilization and the State. A history of public health from ancient to modern times*. Londres: Routledge.
- Portugal, Ministério das Colónias (1912). *Elementos estatísticos dos Caminhos de Ferro do Continente de Portugal de 1877-1910*. Lisboa: IN.
- « – » (1913). *Estatística dos Caminhos de Ferro das Colónias Portuguesas de 1888 a 1911. Documentos principais e gráficos*. Lisboa: Tipografia a Vapor de Eduardo Rosa.
- Rocha, Liliana Oliveira da, Matos, Patrícia Ferraz de (2019). “Fotografias de Angola do Século XIX: o ‘Álbum Fotográfico-Literário’ de Cunha Moraes”, *Tempos e Espaços em Educação*, 12:31, 165-86.
- Ryan, James R. (1997). *Picturing Empire. Photography and the Visualization of the British Empire*. Chicago: University of Chicago Press.
- Sandler, Willeke (2013). “Deutsche Heimat in Afrika: Colonial Revisionism and the Construction of Germanness through Photography”, *Journal of Women’s History*, 25:1, 37-61.
- Santana, Noeme (2014). “Olhares britânicos: Visualizar Lourenço Marques na ótica de J and M Lazarus, 1899-1908”, in Filipa Lowndes

- Vicente (ed.), *O Império da Visão. Fotografia no Contexto Colonial Português (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70, 211-22.
- Santos, Alda Cristina Baptista Rendilho dos (2009). "Occidente: Imagens e Representações da Europa". Tese de mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Schwartz, Joan M., Ryan, James R. (2003). "Introduction: Photography and the Geographical Imagination", in Joan M. Schwartz, James R. Ryan (eds.), *Picturing Place. Photography and the Geographical Information*. Nova York: Tauris, 1-18.
- Sena, António (1998). *História da Imagem Fotográfica em Portugal – 1839-1997*. Porto: Porto Editora.
- Sousa, Jorge Pedro (2017). *Veja! Nas Origens do Jornalismo Iconográfico em Portugal: Um Contributo para uma História das Revistas Ilustradas Portuguesas (1835-1914)*. Porto: Media XXI.
- Tarde, Gabriel (1969). *On Communication and Social Influence*. Chicago: University of Chicago Press.
- Tengarrinha, José Manuel (2013). *Nova história da imprensa portuguesa das origens a 1865*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Valério, Nuno, ed. (2001), *Estatísticas Históricas Portuguesas*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Vicente, Filipa Lowndes (2014). "O Império da Visão: Histórias de um Livro", in Filipa Lowndes Vicente (ed.), *O Império da Visão. Fotografia no Contexto Colonial Português (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70, 11-30.
- White, Hayden (1978). *Tropics of Discourse*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.